



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0129/16	DATA: 17/03/2016	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 10h16min	TÉRMINO: 11h01min	PÁGINAS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Apreciação de itens constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Bom dia a todos.

Declaro aberta a 42ª Reunião Ordinária da CPI Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 41ª reunião.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Peço a dispensa, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Solicitada a dispensa pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta reunião foi convocada para tomar o depoimento do Sr. Carlos Alberto Caser, Presidente da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF, e para a deliberação de requerimento.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Passo a palavra pela ordem ao Relator, o Deputado Sergio Souza.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, senhoras e senhores, nós todos aqui somos brasileiros e somos responsáveis pelo que nós fazemos. Hoje é um dia de grandes decisões no Parlamento brasileiro. Hoje é um dia de grandes decisões na República brasileira (*Palmas.*) Se V.Exas. olharem para o nosso Plenário, aqui, agora, neste exato momento... Sempre foi muito bem representado pelos nossos colegas Deputados, que não estão aqui, neste momento, por uma única razão: todos os partidos estão reunidos neste exato momento — não é diferente o meu partido — para decidir quem serão os indicados para compor a Comissão do *Impeachment*, cujo prazo para indicação é até o meio-dia de hoje. Durante a tarde, nós vamos ter a votação em Plenário. Isso, provavelmente, dependendo do modelo de votação, pode entrar pela noite, madrugada adentro, e nós, provavelmente, teremos que ficar aqui até muito tarde.

Não que a nossa CPI, não que esta oitiva não seja extremamente importante, mas nós temos que tomar uma decisão, porque não vamos ter, do jeito que gostaríamos... Eu mesmo não vou conseguir ficar aqui muito tempo, o Presidente



também não, outros Deputados também não. Então, nós não vamos ter a audiência que nós gostaríamos que houvesse.

Então, eu faço uma sugestão — já conversei com alguns colegas, inclusive com o Presidente —, a sugestão de que nós venhamos a adiar a oitiva do Sr. Caser para uma próxima data, a ser definida pelo Presidente da CPI. Nós temos um prazo para a relatoria. Já conversei com os assessores hoje pela manhã sobre esse prazo. A ideia é nós entregarmos o relatório na primeira semana, ou no início da segunda semana de abril. Nós estamos fazendo os cálculos certinho. Então, não vai prejudicar o relatório da CPI o adiamento aí por 1 semana, ou 2 semanas, da oitiva do Sr. Caser. (*Palmas.*)

Então, eu gostaria de sugerir isto, Sr. Presidente: sendo ouvido o Plenário, que nós possamos adiar a oitiva do Sr. Caser. E que nós possamos, Deputada Erika, fazer um acordo, assim que der quórum, para votar alguns requerimentos que estão aqui, requerimentos que são importantes. Como nós sabemos que o quórum está baixo, que uma verificação derruba a nossa reunião, essa votação tem que ser num consenso, num acordo.

No momento oportuno, Sr. Presidente, gostaríamos de ouvir todos os colegas, porque a maioria dos requerimentos, ou todos os requerimentos que estão aqui são da relatoria, e a relatoria entende que há alguns que precisam que um acordo seja construído. Aqueles que não forem objeto de acordo, podemos retirar; aqueles que forem objeto de acordo, que possamos votá-los hoje, para adiantar o trabalho da relatoria.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, logicamente, como a maioria dos requerimentos são de autoria do Relator, o Deputado Sergio Souza, S.Exa. faz essa proposta. Nós sabemos que, infelizmente, o dia de hoje está totalmente tomado pelas preocupações com a instalação da Comissão do *Impeachment* e também com as movimentações em torno de eventuais posses que vão haver no dia de hoje. Nós entendemos que esse assunto é muito importante



para ficar misturado com alguma outra coisa. Esse assunto tem que ser tratado num local específico, para mostrarmos a verdade sobre o que está acontecendo.

Portanto, estamos de acordo. (*Palmas. Muito bem!*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pela ordem, tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, eu acho que nós estamos construindo um acordo. Nós vamos construir um acordo no que diz respeito aos requerimentos, para que nós possamos aprová-los. Nós sabemos que faltam ainda três pessoas para que possa ser ofertado o quórum, o que indica a dificuldade que nós vamos ter, ou teríamos, de manutenção desta oitiva no dia de hoje. Foi cancelada, também, a oitiva que seria feita na CPI da FUNAI e do INCRA pelos mesmos motivos: o esvaziamento e a atenção da Casa à conjuntura que está dada neste momento, que exige de nós um posicionamento absolutamente nítido.

Eu diria que para nós é importante que tenhamos mais Deputados. Nós sempre temos defendido que escutemos as pessoas convocadas com o maior número possível de Deputados presentes. Sempre temos defendido que não sejam feitas essas oitivas quando está na Ordem do Dia, porque isso esvazia o plenário. É muito ruim nós termos um depoente e termos duas pessoas, uma pessoa, três pessoas ouvindo. Inclusive, o próprio Relator tem compromissos partidários em função da pauta que está no Congresso e vai ter dificuldade de participar desta oitiva.

Portanto, para que nós tenhamos as oitivas enriquecidas com a presença de Deputados e Deputadas, da maior quantidade possível, para que todas as dúvidas possam ser esclarecidas, eu acho que nós deveríamos, sim, esperar que haja quórum para aprovarmos os requerimentos sobre os quais houver consenso — nós não temos consenso sobre dois itens, mas já existe acordo para que eles sejam retirados. E que nós possamos, enfim, prosseguir na discussão nesta CPI sem prejudicar qualquer tipo de esclarecimento ou de oitiva. Deixemos isso para a próxima... A próxima será com a PREVI, mas, em seguida, marcaremos de novo para conversar com o Presidente da FUNCEF.

Então, nós temos acordo.



Também consultei o Deputado Marcus Pestana, que estava aqui quando foi sugerido esse encaminhamento, e S.Exa. nos disse que também está de acordo.

Acho que há um grande acordo nesta CPI para que suspender esta oitiva de hoje. Marcaremos para um dia em que ela seja mais esclarecedora, mais rica nos seus esclarecimentos. E aprovamos, quando tivermos o quórum, aquilo que está acordado, até porque com este quórum, Deputado Arnaldo, nós não sustentamos uma sessão, com todas essas pautas estabelecidas na Casa no dia de hoje, a não ser por acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Eu acho que está muito claro o entendimento.

Primeiramente, cabe-me registrar a presença ao Sr. Carlos Caser e agradecer-lhe. Por ser também sensível a este momento, ele entende, compreende o papel da Comissão. A sua oitiva ficará adiada para a primeira terça-feira após o domingo de Páscoa. Salvo engano, será o dia 29 de março, está certo? Então, já estamos agendados.

Para a próxima terça-feira, manteremos a agenda, com o Sr. Gueitiro, Presidente da PREVI. Na terça-feira seguinte, ouviremos o Sr. Carlos Caser, Presidente da FUNCEF. Na quinta-feira, virá aqui o Sr. Décio Bottechia, Diretor da PREVI e também os depoentes convocados por requerimentos de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, da PREVIC e do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Nesse espaço de tempo, vou dialogando com o Relator para ajustarmos o calendário para a apresentação do relatório final. Eu acredito que estaremos contemplados.

A sessão de hoje não será estéril, produzirá frutos, já que votaremos sete requerimentos, requerimentos importantíssimos. Isso será importante para que, mesmo nesse espaço de tempo, novas informações cheguem para complementar as nossas investigações.

Quem acompanhou sabe da luta que nós tivemos para fechar esse ciclo de investigações, com o retorno dos Presidentes das fundações, a fim de esclarecer as dúvidas e os questionamentos que surgiram no curso das investigações. A reunião com o Presidente do POSTALIS e a com o da PETROS foram muito proveitosas. Eu



não tenho dúvidas de que a PREVI e a FUNCEF também trarão elementos importantes para o relatório final.

Eu agradeço ao Deputado Paulo Azi, que chega agora. E ao Deputado Marcus Vicente, que chega também.

Então, vamos fazer a leitura dos requerimentos. Agradecemos mais uma vez a compreensão e a presença dos beneficiários da FUNCEF e do POSTALIS (*Palmas prolongadas.*) Eles também irão, terminada a reunião, cumprir o seu papel cívico e manifestar-se nas ruas de Brasília.

Agradeço a presença aos senhores que foram à manifestação do dia 13 de março empunhando faixas de apoio à investigação. (*Manifestação na plateia.*)

Deliberação de requerimentos.

Item 1. Requerimento nº 495, de 2016, do Sr. Sergio Souza, que requer a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico, de bens e disponibilidades no exterior e transações financeiras cambiais e internacionais registradas no Banco Central do Brasil; e informações registradas no Conselho de Controle de Atividades Financeiras — COAF, no período de 01 janeiro de 2004 a 29 fevereiro de 2016, do ex-Coordenador da Coordenação de Desenvolvimento de Negócios — CODEN da FUNCEF, Fabio Maimoni Gonçalves, e do ex-Diretor de Investimento e atual Conselheiro do Conselho Deliberativo da FUNCEF, Demóstenes Marques.

Por acordo, está retirado de pauta para ser deliberado na sessão seguinte.

Item 2. Requerimento nº 506, de 2016, do Sr. Sergio Souza, que requer seja decretada a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Adir Assad e de oito empresas a ele ligadas.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agora, com o Deputado Rocha, já deu.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não. Não tem quórum ainda, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perdão. Então, vamos só fazer a leitura e votaremos quando houver quórum.



Item 3. Requerimento nº 507, de 2016. Também retirado de pauta. Requeria a convocação do Sr. Fábio Maimone Gonçalves.

Item 4. Requerimento nº 508, de 2016, do Sr. Sergio Souza, que requer que a Sete Brasil Participações encaminhe, no prazo de 10 dias, cópia dos seguintes documentos do período de 2011 a 2014: i) de todos os documentos recebidos e produzidos pela companhia que tratam do cronograma de construção das sondas e da possibilidade de os estaleiros não entregarem e/ou atrasarem a entrega desses equipamentos; ii) de todos os documentos encaminhados à PREVI, FUNCEF e PETROS que informavam sobre as possibilidades de não entrega e de atraso na entrega dessas sondas e as soluções propostas; iii) das propostas e dos recursos apresentados pela Sete Brasil com relação à licitação de junho de 2011 referente ao novo sistema de 21 sondas; iv) de todos os documentos enviados à PREVI, FUNCEF e PETROS relativos ao chamamento para subscrição de novas quotas e integralização das quotas já subscritas; e v) das atas e/ou outros documentos que registraram as discussões e deliberações tomadas nas reuniões entre a administração da Sete Brasil e os representantes do FIP Sondas.

Item 5. Requerimento nº 509, de 2016, do Sr. Sergio Souza, que requer que seja convocado o Sr. Luiz Henrique Sanches, ex-Diretor da Usina Canabrava, a fim de elucidar acerca da aplicação dos recursos dos fundos de pensão aplicados nas empresas do grupo Canabrava e na usina Sobrasil e contribuir para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Item 6. Requerimento nº 510, de 2016, do Sr. Sergio Souza, que requer que seja convocado o Sr. José Paulo Rocha, Sócio-Líder de Financial Advisory da Deloitte Touche Tohmatsu, a fim de elucidar acerca dos relatórios de avaliação econômico-financeira da OAS Empreendimentos e contribuir para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Item 7. Requerimento nº 511, de 2016, do Sr. Sergio Souza, que requer que seja convocado o Sr. Pieter Jacobus Marie Freriks, Sócio da Deloitte Touche Tohmatsu, a fim de elucidar acerca dos relatórios de avaliação econômico-financeira da OAS Empreendimentos e contribuir para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.



Item 8. Requerimento nº 512, de 2016, do Sr. Sergio Souza, que requer que seja convocado o Sr. Carlos Frederico Guerra Andrade, Diretor Executivo Jurídico na OAS Empreendimentos e Diretor de Novos Negócios do FIP OAS Empreendimentos, a fim de elucidar fatos apurados relativos ao FIP OAS Empreendimentos e contribuir para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Item 9. Requerimento nº 513, de 2016, do Sr. Sergio Souza, que requer que seja convocado o Sr. Telmo Tonolli, Diretor Regional de Incorporações da OAS Empreendimentos, a fim de elucidar fatos apurados relativos ao FIP OAS Empreendimentos e contribuir para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Estamos ali, ainda cravados no 13, esperando o 14, para que possamos fazer a votação.

Eu acredito que, neste momento, já posso agradecer a presença do Sr. Caser e dizer-lhe que está dispensado, bem como o seu corpo de assessores da FUNCEF. Se já quiserem se retirar... (*Manifestação na plateia.*) Nós vamos esperar para votar os requerimentos. (*Manifestação na plateia.*) Fica V.Exa...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Peça respeito, Sr. Presidente. Respeito!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É, eu peço urbanidade. Eu sei que o clima no Brasil é um clima de confronto, de enfrentamento, mas, nesta CPI, eu peço aos senhores...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Vamos desconstruir o ódio, Sr. Presidente. (*Apupos na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - ...que se mantenham em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Pedimos respeito, Sr. Presidente. Eu acho que os Parlamentares e os depoentes têm que ter respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu peço, eu solicito.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - A democracia exige respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Exige, exige. (*Manifestação na plateia.*)





**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, respeito, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Por favor, por favor.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Sr. Presidente, de respeito precisa o povo brasileiro...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Com certeza, com certeza.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - ...que está se sentindo agredido e ofendido por essa organização criminosa que está assaltando o País! (*Palmas na plateia.*)

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, nós estamos no Parlamento. Nós estamos no Parlamento brasileiro. O Parlamento brasileiro... Nós não estamos aqui para investigar partidos ou coisa que o valha. Nós estamos aqui para investigar os fundos de pensão, para poder fazer justiça aos beneficiários e aos participantes.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Comandado por um Governo corrupto, que V.Exa. defende aqui! (*Manifestação na plateia.*)

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu peço... (*Manifestação na plateia.*) Eu peço...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, essa discussão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu acho que essa discussão não cabe aqui, não cabe.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não vamos admitir que a CPI do Fundos de Pensão seja utilizado como palanque, porque nós temos que ter respeito!

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Nós é que não vamos admitir que os fundos de pensão sejam utilizados para manter o poder do partido de V.Exa.! (*Manifestação na plateia.*)

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não vamos admitir! Sr. Presidente, não admito grito! Não admito grito! O grito!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está garantida a palavra. Está garantida a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O grito é arma de golpistas! (*Apupos na plateia.*)

E exijo respeito, Sr. Presidente. Exijo respeito! Respeito!



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nós estamos tentando.

Eu solicito à assessoria dos partidos que providenciem, junto aos seus membros, a presença de mais um Deputado, para complementar o quórum. Assim, podemos votar e encerrar a sessão. Então, manteremos essa linha.

Compreendo o clima. Eu sei que existem argumentos para cada um dos lados. Eu respeito cada um deles. A minha função aqui é conduzir a Comissão, encerrar com tudo bem esta sessão. Conto com a contribuição de cada um dos senhores e das senhoras para isso.

Obrigado. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Tem a palavra pela ordem.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Presidente, aproveitando até dar o quórum, quero fazer aqui um breve relato.

Nós estamos bem adiantados com o nosso relatório — e aqui, mais uma vez, faço referência à nossa consultoria, que tem trabalhado intensamente todos os dias. O nosso relatório deve conter, pelo menos, três capítulos. Um capítulo vai contar os fatos, a história, os fundamentos de uma CPI e as razões da sua instalação. Num outro capítulo nós vamos nos deter aos pontos específicos da investigação; nós selecionamos alguns dos investimentos mais polêmicos, aqueles que tinham mais elementos e que nos davam, inclusive, um caminho para a investigação. E teremos um capítulo seguinte. Eu quero aqui até sugerir que nós possamos fazer uma audiência pública, nesta Comissão, para tratar da reformulação da legislação.

Antes da entrega do relatório, antes da conclusão do que nós pretendemos oferecer como proposta legislativa, queria que nós pudéssemos nos reunir aqui, a Comissão, e também chamar algumas entidades, os diretamente interessados, para apresentar um pré-projeto daquilo que pretendemos sugerir para alteração na governança e na segurança dos fundos de pensão para o futuro.

Então, só estou passando um breve relato. Peço, Sr. Presidente, que numa das próximas reuniões desta CPI nós possamos fazer uma audiência pública para ouvir — sem ser necessariamente por convocação, mas para uma conversa — os setores diretamente envolvidos. São eles a PREVIC, as entidades que representam os beneficiários e também as entidades que representam os fundos de pensão.



Vamos ter aí uma legislação que dê maior segurança aos beneficiários e maior segurança aos fundos de pensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Quero agradecer a presença ao Deputado Wellington Roberto, que complementarará o nosso quórum assim que a sua digital for cadastrada. *(Pausa.)*

Muito bem. Chegamos ao 14. Estávamos no 13.

O 13 é o número do partido da Presidente Dilma. As manifestações foram em 13 de março. Então, o 13 hoje vale para os dois lados.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, tente manter a imparcialidade. Vamos votar! Vamos votar!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Estou mantendo, exatamente dizendo que o 13 está nos dois, serve para os dois lados. *(Manifestação na plateia.)*

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente! Não faça isso, Sr. Presidente! V.Exa. é maior do que isso! V.Exa. é maior do que isso!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Exatamente, Deputada Erika Kokay. Foi isso que eu fiz. Foi isso que eu fiz, Deputada Erika Kokay, ao dizer que valia os dois, para o 13 de março e para o 13 do PT.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O senhor é maior do que isso.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Mas o Presidente tem direito de se pronunciar também. Não é, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, não. Eu fiz um comentário. Vamos à votação.

Em votação os requerimentos que foram lidos. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Se houver alguém que queira fazer uso da palavra pela ordem...

Eu quero chamar a atenção de V.Exas. principalmente para o Requerimento 495/16, item 2, que nós aprovamos. É o requerimento da quebra de sigilo do Sr. Adir Assad e das suas empresas.

Quem acompanhou a delação premiada do Sr. Delcídio do Amaral, que foi homologada, lembra que, em trechos da delação, ele, inclusive, reputa essa



eventual quebra de sigilo em relação ao Sr. Adir Assad e suas empresas uma manobra para que fosse encerrada a então CPI do Cachoeira.

Eu acho que esta CPI consegue resgatar esse momento, e nós iremos ter exatamente esses dados para averiguar se havia fundamento ou não naquilo que ele apresentou. Então, eu acho que esta Comissão cumpre o seu papel, o de buscar a verdade, buscar aquilo que interessa. Para mim, o grande tema que foi aprovado hoje, para não se dizer que tivemos uma sessão infrutífera, foi realmente a aprovação desse requerimento, que traz esse realce.

Agradeço a presença a todos.

Com a palavra o Deputado Assis Carvalho.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Sr. Presidente, é só uma questão de ordem. Estou procurando, localizando aqui o número...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não está cadastrando aqui.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Há um requerimento... É o Requerimento nº 384, que foi votado aqui. Mas já havia também um semelhante, parece-me que do Deputado Samuel Moreira, não é? É o mesmo requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Isso.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Como ele tem precedência, porque foi apresentado antes do meu, eu só vou sugerir a V.Exa... No dia em que foi votado, eu não estava mais na Comissão. Estou sendo recolocado, eu não era membro da Comissão.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Foi colocado em pauta.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Então, solicito a V.Exa. que seja retirado e que seja considerado somente o requerimento do Deputado Samuel Moreira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Acolho a sua solicitação. A secretaria irá se debruçar sobre o tema, do ponto de vista regimental. Havendo concordância regimental, será acolhido o seu pedido.

**O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO** - Agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, o depoente já saiu daqui intimado para a próxima reunião, não é?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já. Já saiu intimado para vir na próxima terça-feira, dia 29 de março. Estaremos neste mesmo local... Não neste mesmo local, porque vamos definir. Mas será às 14h30min, na terça-feira, dia 29 de março.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente, quero usar a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deputado Rocha, para usar a palavra como Líder.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente, vou só externar a minha satisfação com os trabalhos desta CPI.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então, pela ordem, tem a palavra o Deputado Rocha.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Mesmo sem ter a repercussão que está tendo a Operação Lava-Jato — e é possível entender o motivo —, certamente esta CPI cumpre um papel importante, o de desmontar uma parte de um esquema criminoso que foi montado nas instituições públicas do Brasil. *(Palmas na plateia.)*

Então, eu quero dizer aqui da minha felicidade de fazer parte desse momento, hoje, em que o Brasil exige ser passado a limpo.

Ontem, o que nós vimos, com os vazamentos das gravações feitas pela Polícia Federal, foi uma verdadeira tentativa de manipular autoridades do Judiciário, autoridades do Ministério Público, para tentar deixar impune pessoas que cometeram crimes graves, crimes de lesa-pátria, crimes que prejudicaram pessoas, como os participantes dos fundos de pensão que estão aqui. *(Palmas na plateia.)*

Então, Sr. Presidente, eu quero externar a felicidade em participar dos trabalhos desta Comissão. V.Exa. tem conduzido com isenção, com imparcialidade e com muita altivez os trabalhos do Parlamento. E deveria ser assim no Plenário. Infelizmente, não o é.

Então, aqui, eu não podia deixar de fazer esse registro. O Brasil vive um momento em que o povo brasileiro não aceita mais a canalhice, que é o que nós estamos vendo todos os dias, em cada fase dessa Operação Lava-Jato. *(Palmas na plateia.)*



Ontem, nós pudemos ver a verdadeira face daquele que se intitula “jararaca”. É alguém cínico, é alguém que tenta cobrar favores de autoridades, que foram nomeadas para cumprir um trabalho republicano.

E aqui eu queria fazer um reconhecimento...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É pela ordem. O tempo é de 3 minutos. A questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente, eu peço que a Parlamentar respeite o meu direito. S.Exa. não tem que cercear o meu direito de falar. *(Palmas na plateia.)*

Não tem que cercear o meu direito de falar!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - S.Exa. só levantou uma questão regimental sobre o tempo. A questão de ordem é de 3 minutos. Peço que contem o tempo, por favor, de 3 minutos, que é o tempo de questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Então, Sr. Presidente, ontem nós vimos uma pessoa cínica, que tenta cobrar do Procurador da República um posicionamento diferente do que aquele que ele tomou.

E quero fazer um reconhecimento. O Procurador da República, mesmo tendo sido escolhido pelos que governam o País, até hoje tem se portado de forma elogiável. Então, aqui quero fazer esse reconhecimento.

Eu não poderia deixar de citar a nomeação hoje do ex-Presidente Lula. Para fugir das responsabilidades criminais, dos fatos graves que pesam contra ele, foi nomeado Ministro, Ministro da Casa Civil. Os movimentos espontâneos mostram que a população brasileira não aceita mais isso.

Voltando ao âmbito desta CPI, nós cumprimos um papel importante, estamos cumprindo um papel importante, o de desmembrar, de desarticular parte ou segmento dessa quadrilha que se apoderou do poder no Brasil. *(Palmas na plateia.)* E quem chamou de quadrilha foi o próprio Ministro do Supremo.

Sr. Presidente, eu queria aqui, mais uma vez, parabenizar V.Exa. Eu acredito que esta CPI, ao contrário de muitas outras que eu já vi, que todo o brasileiro acompanhou, esta aqui não vai acabar em pizza. *(Não vai! Palmas na plateia.)* Esta aqui vai responsabilizar aqueles que lesaram o Estado e as pessoas que estão aqui.



Então, eu queria fazer um reconhecimento a V.Exa. e aos membros desta Comissão, que têm atuado de forma a encontrar, como se diz em Direito, a verdade real; não o interesse de meia dúzia que está aqui para simplesmente defender um governo que está caindo ou que está naufragando no mar de corrupção que ele mesmo criou.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Muito bem! Palmas na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu agradeço ao Deputado Rocha. Inclusive, V.Exa. foi citado nas gravações de ontem, com outro codinome...

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente, o ex-Presidente Lula me atribuiu a alcunha de “bandido do Acre”. Se bandido é alguém que denuncia alguém que é apontado como líder de uma quadrilha que saqueou o Brasil, eu fico muito feliz em saber que o meu documento, no Ministério Público Federal e no Ministério Público do Estado de São Paulo, deu origem à investigação contra ele.

Se Deus quiser e o povo brasileiro ajudar, nós teremos justiça sendo feita: aqueles que roubaram o Brasil punidos, atrás das grades, junto com outros tantos petistas que já estão presos. *(Palmas na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Marcus Vicente.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Sr. Presidente...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Na sequência. Já chegou aqui.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Sr. Presidente, quero chamar a atenção desta Comissão, pela segunda vez — é pena que o nosso querido Relator não esteja presente —, para o fato de que nós não podemos nos esquecer de que estamos debruçados sobre uma série de irregularidades cometidas nos fundos de pensão e de que essa saída hoje do Presidente da FUNCEF, que foi convocado para vir novamente aqui no dia 29, não seja o indício de que os grandes fundos, como a FUNCEF, a PETROS, a PREVI e a própria empresa reguladora, que é a PREVIC, não estejam se esquivando de participar no momento em que a CPI começa a formular o seu relatório final. *(Palmas na plateia.)*



E vou dizer por quê. Vou dizer por que, e isso é muito importante. Eles podem estar muito bem jogando contra o tempo. Eu tenho, para ser colocado em pauta, o Requerimento 454, que convoca aqui o Sr. Nilo Silva Thé Pontes, ex-Corregedor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC, para prestar esclarecimento a respeito das denúncias de irregularidades ocorridas na PREVIC e objeto de denúncia na Controladoria-Geral da União. É muito importante, Sr. Presidente, que na próxima sessão deliberativa, esse Requerimento 454 seja incluído na pauta para ser votado, porque o Sr. Nilo Silva Pontes tem muito a oferecer para esta Comissão e para o relatório final.

Então, chamo a atenção para o foco desta Comissão, que são os grandes fundos de pensão. Existe muito aposentado também sendo prejudicado na PREVI, na PETROS e na FUNCEF.

Esse registro, quero fazê-lo pela segunda vez, para que possamos dar seguimento e não esquecermos que esses fundos de pensão representam mais de 50% de todos os valores dos fundos de pensão que devem amparar o trabalhador aposentado brasileiro. *(Palmas na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Marcus Vicente.

Já foi aprovado em sessão anterior o requerimento do Deputado Marcus Vicente, que solicita cópia dessa denúncia que foi encaminhada à CGU. Pergunto ao Secretário Saulo como está o andamento dessa solicitação e que chegue a esta Comissão o quanto antes, para que seja dado conhecimento aos membros, especialmente ao autor do requerimento.

Com a palavra, com o tempo de Líder, a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, é preciso que se faça justiça e que nós não criemos um mito onde não existe.

O Presidente da FUNCEF esteve aqui às 9h30min para prestar depoimento. Não foi ele que solicitou... *(Manifestação na plateia.)*

Sr. Presidente, eu gostaria que me assegurasse a palavra. Apenas isso. Apenas isso. Apenas isso.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu peço a todo mundo que aguarde, até porque o que a Deputada Erika Kokay está dizendo foi inclusive reverberado por nós.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - V.Exa. inclusive registrou isso.

Então, dizer que houve aqui uma manobra do Presidente da FUNCEF para não prestar depoimento não corresponde à verdade. O Presidente da FUNCEF esteve aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu assino embaixo, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Nós tivemos aqui a fala do Relator, que disse que não poderia ficar. E nós fizemos uma opção, que me parece a mais democrática. Nós queremos investigar tudo. A opção mais democrática é que tenhamos aqui o maior número possível de Parlamentares, inclusive Parlamentares da Oposição, Parlamentares que estejam imbuídos não do desejo de transformar esta CPI num palanque eleitoral, ou de fazer qualquer negócio em cima desta CPI, mas de apurar os fatos, para que nós possamos dar uma resposta à sociedade e aos participantes dos fundos de pensão.

Nós não estamos aqui para discutir Luiz Inácio Lula da Silva ou coisa que o valha. *(Apupos na plateia.)*

Sr. Presidente, eu gostaria apenas que houvesse respeito.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu comecei a minha vida política lutando contra a ditadura. Eu sei da importância da fala e da importância de este Parlamento preservar o contraditório. Se este Parlamento não preservar a pluralidade, ele deixa de existir, porque aqui nós temos as diversas representações partidárias e as diversas lógicas de projetos políticos. E é isso que faz do Parlamento uma entidade tão importante. É a pluralidade.

Portanto, Sr. Presidente, nós não estamos aqui para discutir ou para cassar partidos políticos ou coisa que os valha. E aí me pergunto, muitas vezes... Na questão do POSTALIS, por exemplo, todas as grandes dúvidas acerca do investimento, ou a maioria delas, ou a esmagadora maioria delas, estão em gestões anteriores, inclusive a do presidente que acabou de sair do próprio POSTALIS.



Nós temos que investigar isso, independentemente de qual seja o partido. Temos que investigar esses investimentos que lesaram os participantes do POSTALIS, em vez de ficarmos presos, tentando culpar partidos. Isso embota o processo de investigação.

Sr. Presidente, as pessoas têm todo o direito — todo o direito! — de ser contra o PT e contra qualquer partido. Elas não têm o direito de ferir a democracia e nem têm o direito de silenciar aqueles que divergem de suas opiniões. Não têm esse direito, porque esse direito corresponde a uma lógica autoritária. O que nós vimos no dia 13, por exemplo, foi que vários Parlamentares, de vários partidos, foram hostilizados. Foram hostilizados! Em João Pessoa houve hostilidade a Parlamentares que subiram no carro de som — V.Exa. estava lá e sabe disso. Houve hostilidade, algumas pessoas foram vaiadas. E elas têm inclusive a minha solidariedade.

Eu presto minha solidariedade ao Senador Aécio Neves, que foi vaiado e não pôde falar na manifestação; a outros Parlamentares, como o José Carlos Aleluia, que recebeu uma garrafa de troco, o que não corresponde ao que nós estamos construindo.

E aí, quando se tenta partidarizar e transformar em argumento qualquer coisa que seja, não com o objetivo de buscar a verdade numa CPI, mas com o objetivo de culpar partidos e de utilizar-se, na luta política que está em curso neste País, de processos e de desenvolvimento desta CPI, nós estamos sendo desonestos com os objetivos desta CPI e estamos sendo... *(Manifestação na plateia.)*

Sr. Presidente, só me assegure a palavra, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eles já não estão mais no plenário. Estão lá fora.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Pois é, mas me assegure a palavra.

Sr. Presidente, venho aqui para dizer que há tanto ódio estabelecido e tanta vontade de arrancar o PT da Presidência da República, que se coloca em questionamento o próprio Supremo Tribunal Federal. Aqui, quando se diz que Lula tentou se preservar ao assumir o Ministério, culpabiliza-se e coloca-se sob suspeição o STF.



O fato de as pessoas serem Ministros, Deputados, Senadores ou Parlamentares não impede que sejam investigadas. Aliás, eu me lembro, Deputado Assis, Deputado Azeredo, que renunciou para não ser investigado pelo Supremo, porque o Supremo é a última instância — não há recursos.

O Supremo, esse que foi aplaudido pelos opositores quando fez a ação AP 470, tem dado respostas a essa sociedade. Quando se diz que Lula não será investigado, porque vira Ministro e passa a ter o foro do Supremo, de duas, uma: ou se está questionando a seriedade do Supremo Tribunal Federal, que já provocou renúncia de Parlamentares, como Azeredo, do PSDB, que renunciou, porque não queria ser investigado pelo Supremo e queria ir para a primeira instância, porque há recursos após a primeira instância; ou então se está entendendo que a investigação feita pelo Juiz Moro é uma investigação que tem por objetivo não o cumprimento da lei, mas a caça de pessoas pelas suas posições políticas. E, por isso, sequer o Juiz Moro pode fazer uma investigação dessa forma.

Portanto, Sr. Presidente, as pessoas têm o direito de falar “*Fora, PT*”, têm o direito de falar qualquer coisa, inclusive as pessoas que se calam, que se calam quando este País era saqueado silenciosamente. Nós temos hoje, durante o Governo Lula e Dilma, mais de duas mil operações da Polícia Federal. Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, os 8 anos, tivemos 48 operações da Polícia Federal. Nós tivemos, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, a negação da vontade do Ministério Público, porque não era o mais votado por seus pares que assumia a Procuradoria-Geral da República. Isso passou a existir a partir de Lula e a partir de Dilma.

Agora, eu me pergunto muitas vezes, Deputado Assis, por que provocam tanto fervor ou tanta histeria e até comportamentos “infantilescos”. Ontem, nós vimos determinadas posições da Oposição que nos lembravam as lutas e os embates durante a adolescência, daqueles que se organizavam durante a adolescência. Pergunto-me por que provocou tanta histeria a ida de Lula ao Ministério, sendo titular da Casa Civil. Por que tanta histeria? E por que não se quer deixar Dilma governar? Quem tem o poder e o direito de indicar os componentes do seu Governo é Dilma Rousseff. Agora, quer-se impedir Dilma de governar, impedir Dilma de nomear quem ela acha que tem de ser nomeado para o exercício das funções de



governar esse gigantesco País, que tem acordado e que tem enfrentado a fome e que tem enfrentado toda sorte de misérias.

Vejam como não se sustenta o argumento segundo o qual Lula foi indicado para fugir da Justiça. STF não é Justiça? E os aplausos que foram concedidos a Joaquim Barbosa, e os aplausos que foram concedidos durante a AP 470? Que agressão e que desrespeito que essa concepção e esse raciocínio impõem ao Supremo Tribunal Federal, que, repito, é instância sem recurso! Portanto, ela acaba por ser mais célere do que seguir todo o processo. E repito: por isso nós tivemos Deputados, como o Sr. Azeredo, Deputado eleito pelo PSDB de Minas Gerais, que renunciou para não ser julgado e investigado pelo Supremo.

Outro aspecto é que Lula não é réu. Réu é o Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara é réu! E alguns que acham que defendem a luta contra a corrupção aplaudem o Presidente da Câmara, aplaudem e se calam frente a todas as denúncias e à sua condição de réu. O Presidente da Câmara é réu! O ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não é réu. Inclusive, não há nem denúncia elaborada pelo Ministério Público — nem denúncia!

Aí se fala: *“Ora, a Presidente Dilma Rousseff disse que, se houvesse necessidade, utilizaria o termo de posse”*. Havia — e eu não sei se o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve aqui para tomar posse —, havia dúvida se ele deveria vir ou não, ou se ele viria ou não, se poderia vir ou não, e se estabeleceu uma posse que já estava no *Diário Oficial*, já tinha sido remetida para o *Diário Oficial*.

Penso que estamos vivendo um processo kafkaniano. Estamos vivendo, parece-me, uma leitura do livro de Kafka chamado *O Processo*. De repente se constroem as teses, que são disseminadas pela imprensa de forma nervosa e de forma absolutamente intencional, para a construção de um golpe. Isso vai sendo reproduzido. As verdades vão sendo construídas, e nós vamos tendo uma série de elementos imputados a este País que afetam o Estado Democrático de Direito.

Penso que todo mundo tem direito de ir às ruas para se manifestar. E é bom que as pessoas estejam tomando as ruas. É bom que nós tenhamos pessoas protestando. O que nós não podemos permitir é que as pessoas sejam utilizadas para se impor algo que não está previsto no escopo legal, porque nesse caso é



golpe — não golpe com botas e baionetas literais, como já tivemos neste País, mas golpe com botas e baionetas metafóricas.

E as pessoas dizem: “*Ora, mas temos que escutar as vozes das ruas*”. As vozes das ruas também se manifestaram contra Parlamentares, que foram hostilizados — V.Exa. sabe disso — nas manifestações do dia 13! E ainda que tenhamos tido 2 milhões ou 3 milhões de pessoas, quiçá, esses 2 ou 3 milhões de pessoas não são superiores a mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras que foram às urnas em 2014 e que elegeram Dilma Rousseff para presidir este País.

Cada voto desse e cada construção para que nós pudéssemos ter o direito de eleger o Presidente da República custaram muita dor, muito hematoma na pele e na alma deste País, em muitas salas escuras de tortura. Não podemos permitir que, em nome de um sentimento de insatisfação, que tem que ser expresso e que tem que ser motivo de manifestações, façamos qualquer tipo de diálogo com o arbítrio e com a ditadura.

É um movimento no qual corruptos muitas vezes lutam e dizem que estão lutando contra a corrupção. O que nós vimos aqui em Brasília também aconteceu em outros lugares. Nós vimos pessoas que estão sendo processadas, que têm sentenças de prisão para serem discutidas, que estão sendo alvo de investigação por improbidade administrativa, defendendo nas ruas a luta contra a corrupção. Um Deputado de Brasília, por exemplo, o Deputado Izalci, que está sendo processado, que foi denunciado pelo Ministério Público pela sua passagem na Secretaria de Tecnologia do Distrito Federal, estava na rua dizendo “*Contra a corrupção. Fora corruptos*”.

Ora, é preciso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço-lhe. O seu tempo encerrou-se, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, gostaria de concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço-lhe, Deputada. O seu tempo encerrou-se.

Eu só quero lhe dizer o seguinte, Deputada. Nós sabemos o que custou a eleição da Presidente Dilma. Custou o dinheiro do brasileiro. O Brasil foi saqueado, o Brasil foi saqueado. A posse de Lula é um tapa na cara do povo brasileiro! É isso o



que é a posse de Lula! É um tapa na cara do povo brasileiro! É deboche! É deboche! O que o PT está fazendo é deboche com este País! É deboche, deboche! Tapa na cara do povo brasileiro! Fez papel de cego e surdo!

O Brasil não aguenta mais mandato ilegítimo financiado com o dinheiro do petrolão, financiado com o dinheiro do petrolão! É isso o que foi: um tapa na cara da sociedade brasileira! Nós não aguentamos mais esse deboche!

O Presidente Lula chamou o STF de covarde, o STJ de covarde! Chamou de “*alma de pobre*”! Nós sabemos o que ele fez: obstrução da Justiça!

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - V.Exa. foi hostilizado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Obstrução da Justiça! Obstrução da Justiça! O chefe da quadrilha assumiu o Ministério da Casa Civil. É uma bofetada na cara do povo brasileiro! (*Manifestação na plateia.*)

Está encerrada a reunião! (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vamos para a rua! E vamos para a rua!

É isso! É isso! (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vamos para rua! O Brasil está reagindo! O gigante adormecido acordou! O Brasil está reagindo para o bem!

É isso o que nós temos! É isso o que nós temos! (*Manifestação na plateia.*) É um tapa na cara!